

HABEAS CORPUS Nº 551.510 - SP (2019/0372052-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : RAFAEL FARIA DE SOUSA E OUTRO
ADVOGADOS : EDINALDO SALES MACIEL - SP408604
RAFAEL FARIA DE SOUSA - SP399095
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS DE OLIVEIRA LOPES VIEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

LUCAS DE OLIVEIRA LOPES VIEIRA alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Habeas Corpus n. 2224559-42.2019.8.26.0000, em que **foi mantida sua prisão preventiva**.

Asseverou a defesa, perante a Corte de origem, que estão "ausentes os requisitos legais do art. 312 do Código de Processo Penal, seja porque a decisão não foi suficientemente motivada em base empírica idônea" (fl. 36), bem como que "[a]s investigações se basearam nas declarações falsas e mentirosas das testemunhas A, B e C e, agora depois da audiência podemos divisar que todas as testemunhas estão contaminadas por terem conversado entre si" (fl. 32), razões pelas quais **requer a revogação da medida cautelar máxima**.

Não concedida a medida liminar e prestadas as informações, foram os autos ao Ministério Público Federal, que pugnou pelo não conhecimento do habeas corpus.

Decido.

Depreende-se dos autos que o Juízo singular, ao decretar a prisão preventiva do paciente, destacou que "[o] **crime é objetiva e não apenas abstratamente grave, como bem ressaltou o d. Representante do Ministério Público**. Afinal, reuniram-se significativos indícios de que o denunciado LUCAS decidiu matar a vítima JEFFERSON em virtude de desentendimentos anteriores, havidos especialmente entre a vítima e o menor P. **Há indícios, igualmente, de que LUCAS efetuou os disparos cujos projéteis alvejaram a vítima antes e depois de a mesma cair ao chão**" (fl. destaquei).

No que tange à apontada gravidade do delito, ponderou a Corte de origem, por sua vez, que estão "presentes os requisitos que autorizam a custódia cautelar, descabido argumentar acerca da possibilidade de aplicação das medidas cautelares, **tendo em vista a natureza grave do delito supostamente praticado pelo paciente, bem como a sua personalidade deturpada violenta e voltada ao cometimento de crimes**" (fl. 40, destaquei).

Urge consignar que a prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

A partir de tais premissas, saliento que "[i]nexiste constrangimento ilegal quando a prisão preventiva está fundada nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, **notadamente para a garantia da ordem pública, abalada pelo *modus operandi* empregado na conduta ilícita**" (AgRg no RHC n. 118.955/CE, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª T., DJe 21/2/2020).

Dessa forma, percebe-se que o Juízo singular apontou a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, em especial a garantia da ordem pública, **evidenciada pela gravidade concreta da conduta delitiva**, visto que o recorrente é acusado de haver efetuado disparos de arma de fogo contra a vítima antes e depois de esta vir ao chão, motivado por desavenças entre o ofendido e o menor que participou da empreitada delitiva.

A esse respeito, é firme a jurisprudência desta Corte de Justiça:

[...]

2. O Juízo singular evidenciou a gravidade concreta do delito perpetrado - sob a ilusão de ameaças à sua integridade física, **o réu desferiu golpe de faca no peito da vítima no interior de um bar -, bem como o fundado risco de reiteração delitiva, ante a declaração do próprio recorrente, na oportunidade de sua prisão em**

flagrante, de que pretendia vitimar outras pessoas.

3. Por idênticas razões, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

4. Recurso desprovido (**RHC n. 84.466/MG**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 2/5/2018, grifei).

[...]

1. A prisão cautelar do paciente mostra-se adequadamente fundamentada, destacando-se a necessidade de manutenção da ordem pública, existindo nos autos elementos concretos que indicam a periculosidade, evidenciada pelo *modus operandi* do réu, circunstâncias suficientes para a manutenção da prisão processual, na forma como determinada na origem [...] (**HC n. 532.538/CE**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 28/2/2020).

[...]

2. No caso, as circunstâncias em que perpetrado, em tese, o delito - no qual **o acusado surpreendeu o ofendido, seu primo, dificultando a sua defesa e efetuou disparos de arma de fogo contra a vítima em plena luz do dia e em via pública, evadindo-se do local dos fatos a seguir** - evidenciam a ousadia e a maior periculosidade do acusado, mostrando que a prisão é mesmo devida para o fim de acautelar-se o meio social, evitando-se, inclusive, com a medida, a reprodução de fatos criminosos de igual natureza e gravidade, risco que se pode afirmar concreto, dada a forma pela qual o crime foi cometido [...] (**AgRg no RHC n. 118.955/CE**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 21/2/2020, grifei).

Por fim, no que tange ao pedido de declaração de impedimento de testemunhas, a matéria não foi sequer submetida à apreciação da Corte de origem, porquanto não foi suscitada no acórdão vergastado. Dessa forma, o exame do pedido pelo Superior Tribunal de Justiça incorreria em indevida supressão de instância.

Nesse sentido:

[...]

3. A aventada ilegalidade da custódia cautelar do ora

Superior Tribunal de Justiça

agravante e o apontado excesso de prazo da medida não foram alvo de deliberação pela autoridade impetrada no acórdão impugnado, circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre os tópicos, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental desprovido (**AgRg no HC n. 504.221/SP**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 14/5/2019).

[...]

1. A tese relativa à inimizabilidade do Recorrente não comporta conhecimento, pois nem sequer foi suscitada perante o Tribunal de origem, a revelar indevida supressão de instância [...] (**RHC n. 102.427/BA**, Rel. Ministra **Laurita Vaz**, 6ª T., DJe 4/4/2019).

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego** o habeas corpus.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**